

**História e Crítica Literária: o caso Harold Bloom**

FELIPE SOUZA LEÃO DE OLIVEIRA\*

Este artigo tem como objetivo central a problematização da relação entre Crítica Literária e História através da obra do crítico literário norte-americano Harold Bloom. Desde a década de 1970, Bloom vem desenvolvendo uma série de reflexões sobre noções consideradas por ele enquanto centrais para se pensar uma História da Literatura, como a “Angústia da Influência” e a ideia de “desleitura”. A partir delas, ele desenvolveu uma teoria de leitura de textos literários marcada por uma abordagem intertextual, problematizando os vários tipos de relações que o autor de um texto trava com a própria tradição em que ele está inserido e contra a qual ele precisa se rebelar, se quiser ser capaz de encontrar o seu próprio lugar de fala. Sabendo disso, lançamos duas questões: em primeiro lugar, de que maneira as teorias de Bloom podem contribuir para se pensar a História? Em segundo lugar, de que modo sua abordagem pode nos ajudar na compreensão das várias relações que um historiador constrói com a tradição historiográfica em que ele está inserido? O objetivo deste trabalho é propor possíveis caminhos para pensarmos estes problemas, refletindo em torno da possibilidade do diálogo entre a História e a Crítica Literária através dos escritos de Harold Bloom.

## I

Durante muito tempo, a ideia de “influência” esteve associada ao conceito de “imitação”, geralmente entendida como o “resultado de aprendizado e técnica” (PREMINGER et al, 1993:605). Concebida assim, a “influência” foi imaginada como algo necessário e benéfico, um pré-requisito para a formação de um autor brilhante e original até o século XVIII, quando a emergência do romantismo passou a conceber a originalidade e a “influência” como dois conceitos separados. A partir daí, ao longo do século XIX, a crítica e a poesia irão reler textos clássicos e destacar a tensão entre as técnicas baseadas em imitação e tradição, de um lado, e o sublime e o poder da originalidade, de outro. Aqui, o conceito de

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Aluno do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista CAPES/DS.

“influência” aparece como o sinônimo de uma negociação entre este processo de aprendizado e a busca pelo sublime e o original (cf. verbete “Influência” em: PREMINGER, et al, 1993:605-608).

O século XX testemunhou o surgimento de vários trabalhos dedicados a se pensar a ideia de influência. Autores como Northrop Frye e T. S. Eliot, por exemplo, pensavam as obras de Literatura enquanto inseridas em uma grande tradição, aberta a todos segundo o critério da afiliação. No caso de Frye, em seu livro *Anatomy of Criticism* de 1957, por exemplo, essa afiliação se daria através do uso de mitos e arquétipos, mediante os quais um dado autor poderia inserir sua obra na tradição literária ocidental. Entretanto, o trabalho de Walter Jackson Bate, intitulado *The Burden of the Past* e publicado em 1970, foi o primeiro a apontar as dificuldades que a herança de uma tradição tão rica poderia trazer. Segundo Bate, esta riqueza teria se transformado em um fardo para os poetas românticos exatamente pela qualidade, tamanho e importância dela, tornando-se inescapável para seus sucessores (PREMINGER et al., 1993:605-606).

No entanto, a noção de uma história literária baseada em uma relação de anterioridade e continuidade, onde a presença de uma suposta herança estável passada de geração em geração marcaria os trabalhos de escritores em verso e prosa, veio a ser criticada por autores como Paul de Man. Partindo de uma complexa leitura que articulava Vico, Nietzsche e Freud, esta postura crítica, de um modo geral, afirmava que as relações de influência estariam marcadas pela busca infrutífera das “origens”, na medida em que a influência sobre um dado escritor teria sua “origem” em algum outro autor. Para de Man, a linguagem literária não poderia ser confiável ao ponto de podermos determinar questões como essa: segundo ele, uma obra de literatura não “dá origem” a nada. Qualquer tentativa de buscar uma origem não passaria de mera mistificação, uma mera invenção de um ponto de partida ilusório (PREMINGER, et al., 1993:606-607).

É importante termos em mente essas informações na medida em que, no ano de 1973, Harold Bloom irá se tornar famoso precisamente por se insurgir contra o caminho seguido por Frye e Eliot, divergindo daquele escolhido por Bate e se opondo àquele delineado por autores como de Man.

## II

Nascido em Nova York no ano de 1930, Harold Bloom recebeu sua formação em Letras nas universidades de Cornell e Yale. Seu primeiro livro, *Shelley's Mythmaking*, foi publicado em 1959, seguido de *The Visionary Company*, em 1961 e *Blake's Apocalypse* em 1963. Estas três primeiras obras tinham como tema comum a poesia romântica, algo que continuará a marcar seus escritos nos anos seguintes, passando pela importante coletânea *Romanticism and Consciousness*, de 1970. Em 1973, ele veio a publicar a aquele que se tornou, provavelmente, seu principal trabalho, o *The Anxiety of Influence*, onde ele constrói uma teoria segundo a qual, após o Iluminismo, os poetas românticos teriam nascido com a sensação de que tudo o que poderia ter sido escrito de relevante na poesia já havia sido produzido por seus antecessores, de modo que nada de original restava a se dizer. Desse modo, os próprios românticos teriam ficado com a impressão de terem chegado tarde demais, de terem nascido em uma época condenada a reverenciar uma originalidade presente em obras de autores do passado e que eles jamais viriam a alcançar. Dominados por essa sensação de “tardividade” e impotentes diante de um passado habitado por gigantes, os poetas românticos teriam demonstrado uma “angústia” diante dessa “influência” herdada de seus precursores. Essa “angústia”, segundo Bloom, não teria outra forma que não a *própria poesia romântica*, a partir da qual o fardo do passado e a luta contra os precursores poderiam ser estudadas. Ou seja: a poesia romântica não seria *resultado* de uma “angústia”; o poema *é a própria angústia tornada visível e material* (BLOOM, 1997).

Esse é um ponto particularmente importante e que deve ser ressaltado, pois a “angústia” decorrente da influência de precursores, não seria uma sensação na “mente” do poeta, mas sim *a própria poesia*. Nesse sentido, mapear um poema significaria tentar compreender a *relação* de “angústia da influência” entre um poeta e seu antecessor. A importância de se ressaltar esse ponto se dá na medida em que seria errôneo entendermos a teoria de Bloom como mero psicologismo, como sendo somente uma tentativa de “ler” a mente de um poeta: o que ele termina por delinear aqui é um “um sistema que combina, ao mesmo tempo, retórica, psicologia, imagística e história”, construindo “uma variedade da melancolia que se deriva do ‘mito do pai’ sendo, portanto, um tipo de complexo de Édipo”

(ERICKSON, 1999:121). O recurso à imagem de Édipo e ao “mito do pai” aqui é interessante na medida em que ela nos dá uma boa indicação de uma relação típica de influência: um jovem poeta precisa “matar” o seu “pai” precursor simbolicamente para ser capaz de conquistar seu lugar no cânone ao lado de sua musa inspiradora. A necessidade de realizar esse “assassinato” decorre do fato de que o poeta sabe que não poderá escapar da morte biológica, buscando superá-la através da simbólica sobrevivência literária. O problema é que “a sobrevivência literária depende da possibilidade de se inserir no cânone, que é dificultada pelo seguinte fato: poemas fortes já foram produzidos e é necessário possuir a força poética desses poemas canônicos” (ERICKSON e ERICKSON, 2005:25).

E o “assassinato” simbólico do “pai” precursor se dá através daquilo que Bloom chamou de “desleitura”. Mas por que “desleitura” e não “leitura”? Porque o *agon* entre um poeta e seu precursor transforma a própria poesia em um campo de batalha, onde escrita e leitura ganham a forma de um

*ato de violência na medida em que este ato se manifesta como um meio de pôr e de impor uma nova leitura a uma outra que já se tornou velha, gasta, caduca, obsoleta e, portanto, sem mais força para significar ou para continuar significando como antes fazia. Toda leitura, nesse sentido, é uma releitura. Melhor: leitura, escrita e interpretação, ou re-interpretação, são indissociáveis, porque fundamentalmente concebidas, geradas e desenvolvidas a partir daquelas forças que se transformam e se renovam sem cessar (ALMEIDA, 2005:130).*

Na teoria de Bloom, quando um poeta pensa que seu precursor tornou-se “obsoleto” ou “velho”, isso não passa de sua própria idealização, uma tentativa de afastar a influência desse precursor que na verdade é forte e inescapável. Nesse sentido, as imagens e ideias utilizadas por um poeta, mais do que mostrarem os significados nele presentes, voltam o olhar do crítico literário para a relação na qual o poema está inserido e *dentro da qual ele se originou*. Essa relação nada mais é do que aquela que se dá entre a sua concepção de poesia e a de seu precursor, fora da qual a própria criação de seu poema não é possível. Nesse sentido, é dentro dela que o poeta constrói novos significados, partindo daqueles que foram trabalhados anteriormente por seus precursores, revisando-os e modificando-os, de modo a criar suas próprias ideias e imagens, atribuindo a elas significados próprios e abrindo, desse

modo, um espaço para o seu lugar de fala no cânone literário. Para alcançar esse lugar de fala, portanto, o poeta deve “desler” aqueles que vieram antes deles.

Por outro lado, o crítico literário que quiser tentar construir uma interpretação da poesia de um dado poeta terá, ele mesmo, que construir sua “desleitura”, realizando um ato de violência contra outras teorias e contra as leituras que constituem seu próprio conhecimento de poesia, delineando, assim, um lugar de fala próprio, dando a seus escritos uma voz capaz de destaca-lo em meio à multidão de outros críticos e seus trabalhos. Essa “desleitura”, quando realizada pelo crítico, consiste em um estudo tropológico do poema, onde metáfora, sinédoque, metonímia, metalepse etc. aparecem como marcas e sinais da resistência à influência, isto é, como resultado da necessidade de revisar e modificar os significados de um poema precursor para, então, a partir disso, tornar possível a criação de novos significados, imagens e conceitos, algo que acontece ao mesmo tempo *dentro* de um poema e *na relação* entre um poema e outro. Dessa forma, ao realizar a leitura de poemas precursores, no sentido de construir sua obra poética, o poeta realiza uma “desleitura” daqueles que o antecederam; o crítico literário, por sua vez, ao tentar construir a explicação de um dado poema, tece sua própria “desleitura”.

Após o *The Anxiety of Influence*, Bloom irá escrever o *A Map of Misreading*, de 1975, onde ele irá aprofundar suas reflexões em torno da ideia de “desleitura”, construindo uma metodologia (sua “desleitura”) de leitura de poemas. Neste mesmo ano, suas reflexões continuarão em *Kabbalah and Criticism* e, em 1976, em *Poetry and Repression: Revisionism from Blake to Stevens*, formando uma tetralogia através da qual ele irá expandir suas reflexões da poesia romântica para toda a tradição poética do Ocidente, desde Homero até os dias de hoje.

### III

A recepção da obra de Harold Bloom no Brasil, particularmente na área de Letras, dentro da qual ele escreveu, se dará de forma tardia e só se tornará perceptível em 1994, com a tradução do livro *The Western Canon (O Cânone Ocidental)*. Antes disso, em 1991, o livro *The Anxiety of Influence* já havia sido traduzido para o português com o título *A Angústia da*

*Influência*, mas é somente em meados da década de 90 que os primeiros trabalhos acadêmicos com sua teoria serão produzidos no Brasil.

Nos últimos anos, contudo, diversos trabalhos em várias áreas têm construído diálogos com a obra dele no meio acadêmico brasileiro. Um desses autores, Pablo Moreno Paiva Capistrano, dialoga com Bloom a partir da Filosofia, afirmando que o norte-americano “não é apenas um crítico literário. Ele é um pensador da literatura. Alguém que ofereceu, a partir de Hegel, Freud e Shakespeare uma alternativa hermenêutica ao estruturalismo franco-alemão” (CAPISTRANO, 2005:220). Para este autor, Bloom teria desenvolvida uma “ferramenta útil” para a leitura de vários tipos de textos (CAPISTRANO, 2005:221). E essa “ferramenta” seria “útil”, graças, em grande medida, ao seu caráter intertextual. Nesse sentido, um texto sempre deveria ser lido dentro de uma complexa rede de relações entre textos, ligados entre si por um “determinado referencial canônico forte” (CAPISTRANO, 2005:221). Assim, “ler algo, é reler algo que já foi escrito e que está presente, de vários modos no que se lê”, cabendo ao intérprete “situar um texto em uma rede de textos anteriores e identificar as marcas, as pistas, as manchas de textos antigos nos textos presentes” (CAPISTRANO, 2005:222), encontrando

*as linhagens poéticas às quais um autor pertence e identificar seu pai-poético e compreender o modo de relação desse poeta filho com esse poeta pai, espectro definitivo que se encontra por trás de cada texto, quer seja de literatura ou de filosofia. (CAPISTRANO, 2005:222)*

O próprio Capistrano irá escrever todo um trabalho dedicado a explorar as implicações de suas reflexões em sua tese de doutorado na área de Literatura Comparada, intitulada *Na trilha do poético: um caso de angústia da influência*, defendida em 2010. Nela, ele busca analisar a “desleitura” que Martin Heidegger teria realizado a partir da poesia de Hölderlin, onde o filósofo alemão teria tentado deslocar as bases da narrativa da origem do Ocidente da história da cultura de Hegel para o vínculo entre Hölderlin e Hesíodo. Agindo desse modo, segundo Capistrano, Heidegger teria acreditado ser possível encontrar uma identidade poética entre gregos antigos e alemães modernos. Para defender sua tese, Capistrano aplica a metodologia crítica de Harold Bloom acompanhada do “textualismo forte” de Richard Rorty (CAPISTRANO, 2010).

O diálogo entre Rorty e Bloom também é explorado em outra obra que também pensa a relação entre Crítica Literária e Filosofia. De autoria de Heraldo Aparecido Silva, trata-se aqui de sua tese em Filosofia intitulada *O pêndulo entre a filosofia fundacionista e a cultura literária: uma interpretação da filosofia de Richard Rorty a partir da teoria poética de Harold Bloom*, defendida em 2008. Nela, este autor estuda a abordagem escolhida por Rorty conhecida como “redescrição”, interpretando-a como um tipo de “desleitura”, através da qual se formaria uma “encruzilhada” que uniria os caminhos de Bloom e Rorty, constituindo uma “filosofia como conversação literária” (SILVA, 2008).

Como podemos ver, a partir destes dois exemplos, a leitura de Bloom dentro de um contexto interdisciplinar não só é viável como, inclusive, tem sido buscado em outras áreas. Seguindo os exemplos dos autores acima, podemos pensar em que Bloom poderia contribuir para a História, particularmente para pensarmos o modo através do qual refletimos sobre ela, além dos tipos de relações que travamos com as tradições que, queiramos ou não, terminamos por herdar de nossos antecessores e diante da qual nos posicionamos no próprio ato de escrita de um texto historiográfico, delineando nosso próprio lugar de fala.

#### IV

Para ilustrar uma das possíveis contribuições de Bloom para a Historiografia, realizaremos aqui um breve estudo de uma obra historiográfica clássica: o livro *Meta-História*, de Hayden White. Este diálogo entre Bloom e White é particularmente interessante não porque exista uma relação de “Angústia da Influência” entre eles, mas sim porque, a despeito das várias diferenças entre os dois, uma leitura das reflexões de White a partir dos termos bloomianos pode servir como exemplo ilustrativo de alguma das possibilidades abertas pelos livros de Bloom para pensarmos a escrita da História.

Em 1973, White lançou aquele que veio a ser um de seus principais livros, o *Metahistory* (WHITE, 1973), já em sua segunda edição no Brasil (WHITE, 2008) e é nele que iremos nos concentrar aqui. Neste livro, como seu título sugere, White investiga, *grosso modo*, as Filosofias da História que informam todo escrito historiográfico, as “Meta-Histórias” presentes nos escritos de todo aquele que toma a História como objeto de

investigação. Para isso, ele seleciona vários escritos de historiadores e filósofos da História, partindo do Iluminismo e passando por autores como Hegel e Tocqueville até Croce. Deste livro, duas questões nos interessam aqui: primeiro, a narrativa historiográfica de White; segundo, a articulação desta narrativa com sua ideia de “tradição”. Estas duas questões serão investigadas à luz das reflexões de Bloom sobre a relação entre um escritor e sua relação agônica com a tradição em que ele está inserido, de modo a ilustrar as possibilidades abertas pela teoria deste último.

Voltemos o nosso olhar, agora, para o *Meta-História*. Começemos por sua epígrafe, uma frase de Gaston Bachelard, que citaremos aqui a partir da tradução de José Laurênio de Melo: “Só se pode estudar aquilo com que primeiro se sonhou” (WHITE, 2008:7). Essa é uma das grandes metáforas de White em seu livro, um de seus “tropos” principais, para usar seu próprio termo. Com efeito, ele irá demonstrar, ao longo do *Meta-História*, exatamente isso, isto é, como só escrevemos um texto historiográfico a partir de uma noção de História que primeiro concebemos e imaginamos. Vale a pena termos essa epígrafe em mente, pois se a lermos à luz das teorias de Bloom, então a “imaginação histórica” a que se refere o subtítulo do livro (“A Imaginação Histórica do Século XIX”) não significa somente os elementos fictícios presentes na obra do historiador, ou apenas as “estruturas profundas” do texto historiográfico. Mais do que isso, essa “imaginação histórica” será concebida por White de forma ambígua, já que ela é, ao mesmo tempo, uma ferramenta para criação e urdidura da narrativa historiográfica, por um lado, e um elemento limitador dessa mesma narrativa, por outro. E isso se dá na medida em que o historiador pode dela se utilizar para compor seu texto, mas é obrigado a reconhecer as limitações que, mesmo inconscientemente, ela termina por lhes impor, algo que se reflete, por exemplo, nas escolhas que o levaram a compor e explicar seu texto de um modo e não de outro.

Mas o texto historiográfico, para White, não é só o seu resultado final: daí sua preocupação em compreender a “Poética da História”, isto é, a sua necessidade de construir um modelo hipotético de composição de textos historiográficos em geral. E é somente depois de delineada essa hipótese inicial que ele será capaz de realizar sua análise da “imaginação histórica”. Assim, ele começa a delinear uma “Teoria da Obra Histórica” a partir de seus elementos mais “primitivos”: a “crônica” e a “estória”. A “crônica” consiste no arranjo

puramente sequencial de um determinado conjunto de eventos, tendo como critério a ordem temporal que os liga entre si, enquanto a “estória” seria a transformação dessa mesma sequência temporal em uma narrativa organizada em torno de um início, meio e fim discerníveis (WHITE, 2008:21).

Segundo a hipótese de White, essa transformação de uma “crônica” em uma “estória” seria o primeiro momento da atuação da “imaginação histórica”, impondo os primeiros contornos narrativos sobre o texto historiográfico em construção. A estória composta a partir daí, em seguida, ganharia significado no momento em que o historiador buscasse estabelecer o sentido da estrutura do enredo de seu texto, construindo uma argumentação capaz de explicá-la dentro dos contornos morais e éticos por ele adotados. Nessa composição hipotética, a “imaginação histórica” ganha importância para nós porque é nela que vemos emergir um primeiro momento de “desleitura” do historiador, que se dá na *relação* entre a *estória que ele acabou de compor a partir de uma crônica*, de um lado, e *os modos de explicação de que ele irá se utilizar para dar um sentido a essa estória*, do outro. Dizemos que vemos delinear aqui os primeiros traços dessa “desleitura” na medida em que, entre a crônica e seus “modos de explicação”, passando pela “estória”, acontecem uma série de significações, ressignificações, adequações, revisões e modificações que, ao fim, adquirem a forma de um texto historiográfico. A “desleitura” se dá aqui na medida em que o historiador oscilava entre seus próprios desejos de significação e os limites impostos por sua imaginação, bem como por sua própria época.

Assim, a partir de Bloom, podemos postular uma “desleitura” que, atravessando o texto historiográfico, marcaria não só a escrita do historiador como também a relação dele com a época em que ele foi produzido, algo que podemos mapear a partir do exame das “estruturas profundas da imaginação histórica” (WHITE, 2008:52). Nesse sentido, podemos afirmar que a tentativa de White de construir uma “Poética da História” consiste em tentar *cartografar* precisamente estes diversos momentos da “desleitura” composta pelo historiador a partir de sua própria “imaginação histórica”. A “Poética da História” de White pode ser vista, assim, como um “mapa” capaz de guiar-nos em meio a nossa investigação do texto historiográfico.

Assim, a partir de nossa interpretação da obra de White, podemos dizer que o historiador é capaz de construir sua narrativa historiográfica a partir de uma série de pequenas “desleitura”, que vão desde a imposição de uma organização à documentação por ele escolhida, passando pelos motivos que o levaram a esta escolha, até a construção de uma narrativa capaz de propor uma explicação para o problema que ele decidiu estudar a partir destes documentos. Primeiro, ele tenta *atribuir um ou mais significados* a esse estado de aparente caos em que se encontram os documentos por ele consultados, dando-lhes uma ordem *temporal*. Em segundo lugar, ele tenta *revisar* esse sentido meramente temporal a partir da transformação dele em algo mais complexo: uma “estória” dotada de início, meio e fim. Por último, uma terceira e nova *modificação* acontece: o historiador, agora tenta *explicar* o que significa essa “estória” que ele *identificou*.

Segundo White, essa tentativa de explicação poderia ser entendida através de uma análise de três de seus aspectos principais: o seu *enredo*, escolhido pelo historiador para articular sua narrativa, o seu modo de construir sua *argumentação*, a qual esse enredo estaria associado e a articulação dos elementos *éticos* presentes nestas escolhas, isto é, sua “postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais” (WHITE, 2008:36). Portanto, no sentido dado por nossa “desleitura” da obra de White, podemos afirmar que, ao tentar delinear os modos arquetípicos de pôr uma estória em enredo, de formas de desenvolver uma argumentação formal e de modos de implicações ideológicas, ele estaria construindo uma cartografia dessas *ressignificações* construídas pela “imaginação histórica” e que resultariam na composição da obra historiográfica.

Mas o que a ideia de “tradição” tem a ver com tudo isso? Ainda dentro de nossa “desleitura”, argumentamos que ela desloca o nosso olhar dessas *ressignificações* que acontecem dentro do texto historiográfico para um escopo mais amplo: o das relações entre diferentes textos de historiadores inseridos no contexto de uma “tradição”. A “tradição”, dentro dessa lógica, seria o termo que nos permitiria sair de uma análise sincrônica e estrutural da composição do texto historiográfico para uma relação diacrônica e temporal entre um texto historiográfico e outro.

E quanto a estas relações temporais, a narrativa do *Meta-História* é dividida em três partes: em um primeiro momento, a “tradição” historiográfica hegeliana, ela mesmo uma reação ao Iluminismo, é “recebida” pelos historiadores com indiferença no século XIX, por ser considerada “desnecessária” (WHITE, 2008:147); em um segundo momento, essa “tradição” seria enfrentada e revisada nas obras de quatro grandes historiadores (Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt) (WHITE, 2008:147-274); por fim, em um terceiro e último momento, testemunhamos a edificação de uma resistência aberta e explícita à “tradição”, de modo que o embate com ela poderia ser percebido nas obras de três filósofos da História: Marx, Nietzsche e Croce (WHITE, 2008:277-430).

Mas em que consiste essa “tradição” de que tanto se fala aqui? White não nos diz, de modo formal e explícito, qual seria seu conceito dela. A julgar por sua narrativa, porém, essa “tradição” parece ser concebida como o modo de “consciência histórica” de uma determinada época, isto é, “os modos dominantes da reflexão histórica” (WHITE, 2008:52). Desse modo, encarada como um “modo de consciência histórica”, a tradição consistiria nas possibilidades de articulação entre crônicas/estórias e os modos de explicar e atribuir significados a elas. Em nossa “desleitura” do texto de White, a “tradição” é o grande tropo que nos traz de volta à epígrafe de seu livro, pois ela define os limites e as possibilidades do que se poderia primeiro “sonhar”, para só depois ser “estudado”. “Tradição” e “imaginação histórica”, desse modo, aparecem enquanto duas palavras intimamente associadas, já que a primeira (a “tradição”) seria capaz de estabelecer os próprios limites das possíveis “desleituras” construídas pela segunda (a “imaginação histórica”). Estes limites, contudo, poderão ser revistos e modificados (não necessariamente repudiados) por esta última, que tentará, dentro dos limites da “operação historiográfica”, buscar expressar sua individualidade nas possibilidades abertas por sua própria capacidade de criação.

Vejamos agora como se dá a relação entre os historiadores analisados por White e a “tradição” à qual eles estão associados, dentro de nossa interpretação do livro dele. Na primeira parte de seu livro, ele mostra como uma “tradição” da escrita da História construída no Iluminismo atinge um ponto em que seus principais pensadores (Voltaire, Gibbon, Hume e Kant, por exemplo) teriam adotado uma postura irônica em relação a História, o que significa dizer que eles teriam chegado a um impasse ao constatarem o caráter “irredutivelmente

relativista de todo conhecimento” (WHITE, 2008:52). Graças a essa postura relativista, capaz de pôr em questão as bases epistemológicas de qualquer tentativa de apreensão do passado, a “consciência histórica” iluminista chegou a ser atacada por pensadores como Edmund Burke e Herder, além de outros pensadores a que White se refere como “pré-românticos”. Dessa reação, tentando resgatar a “consciência histórica” do mar relativista em que ela parecia estar afundada, White destaca a obra de Hegel, considerada por ele a mais “profunda formulação” em resposta a essa crise iluminista (WHITE, 2008:52).

Hegel, segundo ele, irá defender uma concepção de História capaz de ir além da mera imaginação de um indivíduo, podendo ser estudada e verificada na análise do mundo físico e humano, de modo que tanto o Homem quanto a natureza pudessem ser incluídos por uma “consciência histórica” determinada a estudar as hierarquias presentes em um mundo dividido em espécies, gêneros e classes (WHITE, 2008:95). Depois disso, diversos historiadores do século XIX, como Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt irão explorar as diversas possibilidades e implicações das formulações da filosofia hegeliana que, agora, ganha os contornos de uma tradição historiográfica “realista”. Se Hegel havia construído uma resposta à tradição historiográfica iluminista, então os quatro historiadores citados acima construirão, em suas respectivas obras, possíveis respostas à própria tradição hegeliana, tornando-se, eles mesmos, pensadores originais *a partir dela*. Depois disso, porém, essa “tradição” filosófica hegeliana será violentamente combatida e repudiada, elevando o tom nas tentativas de “desleitura”, tornando-as mais explícitas, conscientes e por vezes polêmicas, como na obra de Marx, Nietzsche e Croce, fazendo a tradição historiográfica europeia voltar, ironicamente, a atingir um novo impasse crítico relativista. Nessa formulação cíclica da História de White, que vai de uma reação a uma postura irônica até o retorno a esse mesmo impasse, é impossível não vermos o pensamento de Vico aqui, a quem White deve muito de seu pensamento, algo que ele mesmo tornou explícito em seu livro *Tropics of Discourse* (1978). No entanto, para fins deste artigo, resistiremos à tentativa de estudar a “desleitura” que White faz de Vico, para, ao invés, disso, continuarmos a perseguir o nosso objetivo aqui, que é mostrar como nossa interpretação de White a partir de Bloom pode continuar a ilustrar algumas possibilidades de uso da obra deste último.

Dando prosseguimento às nossas reflexões, percebemos aqui que os três momentos do livro de White desenvolvem e põem em prática aquilo que ele mesmo chama de uma “dialética” da “consciência histórica”. No século XIX essa dialética irá oscilar entre a aceitação dos pressupostos da filosofia “realista” de Hegel e o repúdio ou revisão desse mesmo “realismo”, a partir de formas distintas de pôr em enredo a narrativa historiográfica (Romance, Comédia, Tragédia e Sátira) e de explica-la (Formista, Mecanicista, Organicista e Contextualista), o que trouxe implicações éticas distintas para as obras desses autores (Anarquista, Radical, Conservador e Liberal). Nesse ponto, é interessante notarmos que Bloom também traça em sua obra uma “dialética da tradição poética”. Nela, o poeta encontra-se perpetuamente em uma situação ambígua, oscilando entre a consciência de que tradição literária ocidental é inescapável e, por outro lado, de que é preciso resistir a essa tradição, lendo-a criativamente e modificando-a para seus próprios propósitos. Ou, em uma palavra, “deslendo-a”. Como vimos, para Bloom, essa resistência à tradição se dá a partir de uma desleitura que ocorre entre um poeta e seu precursor. E se White não reduz seu estudo a relações interpessoais, ele não ignora esse aspecto das relações intertextuais entre diferentes obras historiográficas, particularmente quando pensa a obra de Hegel, atribuindo a este pensador alemão um gigantesco poder de *influência* sobre a “consciência histórica” do século XIX. Para White, com efeito, “Ninguém chegou perto de alcançar o nível de perspicácia e profundidade de sua investigação do problema da consciência histórica [...]” (WHITE, 2008:147). Mas por que ninguém conseguiu alcançá-lo? A resposta dele é:

*nessa época, poucos pensadores da história desejavam penetrar no interior de suas próprias preconceções sobre a história e no tipo de conhecimento a extrair desse estudo. Aqueles que tinham por profissão estudar a história estavam ocupados demais em escrevê-la e não se detinham no exame das bases teóricas de sua atividade. A justificação do conhecimento histórico que Hegel procurara ministrar parecia não só desnecessária como desnecessariamente prolixa (WHITE, 2008:147).*

White também acrescenta que esta postura, adotada por muitos historiadores, teria se delineado na mesma época em que os estudos históricos se profissionalizavam. Isto, para muitos historiadores profissionais, teria levado ao “rompimento da historiografia com as infundáveis especulações dos ‘filósofos da história’” (WHITE, 2008:147). Desse modo, ao

invés de buscarem construir um sistema teórico capaz de se opor à influência hegeliana, muitos historiadores simplesmente deixaram que ela continuasse intacta e sem oposição, submetendo-se a ela inadvertidamente. Nesse sentido, eles se recusaram a “deslê-la”, isto é, a se insurgir contra ela, modificando-a e lendo-a criativamente. Essa indiferença, porém, teria cobrado um preço altíssimo: estes historiadores indiferentes, de um modo geral, não teriam conseguido “levar a reflexão sobre a consciência histórica mais além do ponto onde ele [Hegel] a tinha deixado” (WHITE, 2008:54), de modo que, cedo ou tarde, a presença do hegelianismo teria que ser combatida, isto é, “deslida”. E tal “combate” só veio a ser posto em prática na obra de pensadores como Ranke, Tocqueville, Marx, Nietzsche e Croce, por exemplo. Estes pensadores teriam produzidos “desleituras” assentadas em sólidas e consistentes reflexões em oposição a essa tradição hegeliana, dando origem a filosofias da História inovadoras e originais.

No entanto, mesmo essa oposição não foi capaz de impedir que a “consciência histórica” do final do século XIX retornasse a um impasse irônico e relativista, pondo em dúvida o seu próprio estatuto enquanto conhecimento humano. Para White, essa “tradição” irônica teria sido transmitida como herança para o século XX, contra a qual diversos pensadores, como Heidegger, Benjamin e Foucault, por exemplo, teriam se revoltado (WHITE, 2008:440). O próprio White reconhece essa tradição irônica e relativista em seu *Meta-História*, tradição essa da qual seria “gerada a maior parte da moderna historiografia acadêmica” (WHITE, 2008:441). A despeito disso, ele faz questão de acrescentar: “Mas sustento que o reconhecimento dessa perspectiva irônica proporciona os fundamentos para transcende-la” (WHITE, 2008:441). E é no estudo dos grandes historiadores e pensadores analisados por ele, ou seja, daqueles que “desleram” o hegelianismo, além do próprio Hegel, que nós podemos hoje investigar como, em suas próprias obras, eles teriam deixado exemplos de superação desse mesmo relativismo irônico. Ao que acrescentamos: não só no estudo de suas obras, mas das *relações* entre eles.

#### Considerações finais

Neste artigo, realizamos uma breve desleitura da obra de Hayden White com o intuito de mostrarmos como a obra de Harold Bloom pode abrir novos horizontes para o diálogo entre História e Crítica Literária. Sua ideia de “desleitura” e o estudo da relação entre o historiador e a tradição historiográfica em que ele está inserido, são apenas duas entre muitas outras possibilidades de diálogo com Bloom que sugerimos aqui. Se interpretarmos a “Poética da História” de Hayden White, por exemplo, como o esboço de um “mapa da desleitura”, para usarmos uma expressão de Bloom, isto é, como um guia de análise da composição da obra historiográfica e da relação dela com a “influência” de uma dada “tradição”, então poderíamos cartografar as ressignificações e produções de sentido dentro da obra de um historiador. E seremos capazes, possivelmente, de detalhar os diversos tipos de embates que tal historiador trava com essa mesma “tradição”, enquanto busca desenvolver um estilo próprio em meio a seus contemporâneos e a obras dos precursores que ele leu. Em meio ao debate entre História e Crítica Literária, a obra de Harold Bloom faz-nos olhar para os “sonhos” de nossa época e que tanto determinam aquilo que estudamos, como nos ensinou, algumas páginas atrás, aquela importante epígrafe de Gaston Bachelard.

#### Bibliografia

ALMEIDA, Rogério Miranda de. *Nietzsche e Freud: eterno retorno e compulsão à repetição*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BLOOM, Harold. *A Map of Misreading*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2003.

BLOOM, Harold. *Kabbalah and Criticism*. London: Continuum, 2005.

BLOOM, H. O Cânone Ocidental. Os Livros e a Escola do Tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. RESENHA de: ERICKSON, S. S. F. Resenha. *Revista Princípios*, v. 6, n. 7, p. 121-131, 1999.

BLOOM, Harold. *Poetry and Repression: Revisionism from Blake to Stevens*. New Haven: Yale University Press, 1976.

BLOOM, Harold. *The Anxiety of Influence: a Theory of Poetry*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1997.

CAPISTRANO, Pablo Moreno Paiva. *Na trilha do poético: um caso de angústia da influência*. 2010. 147 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

ERICKSON, S. S. F. A melancolia da criatividade na poesia de Augusto dos Anjos. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2003. Resenha de: CAPISTRANO, P. Resenha. *Revista Princípios*, v. 12, n. 17-18, p. 218-223, 2005.

ERICKSON, Glenn W.; ERICKSON, Sandra S. F. *Logos e poiesis: neoplatonismo e literatura*. Natal: EDUFRN, 2005.

PREMINGER, Alex et al. *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SILVA, Heraldo Aparecido. *O pêndulo entre a filosofia fundacionista e a cultura literária: uma interpretação da filosofia de Richard Rorty a partir da teoria poética de Harold Bloom*. 2008. 180 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

WHITE, Hayden. *Tropics of discourse: essays in cultural criticism*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978.